

## **É pau, é pedra, é o fim de um caminho**

**César Benjamin**

**Revista Piauí n. 103, Abril de 2015**

Um dos estilos mais típicos da oratória antiga eram os chamados discursos epidícticos, nos quais o tribuno apenas enfatizava aquilo que as plateias esperavam ouvir. Tratava-se, principalmente, de elogiar o elogiável, exaltando as qualidades de um homem ilustre recém-falecido, enaltecendo uma cidade diante de seus habitantes, louvando qualidades abstratas, como a bondade e a justiça, e assim por diante.

Com o tempo, os grandes tribunos perceberam que não havia verdadeiro mérito nisso. Dedicaram-se, então, a buscar a perfeição da oratória na prática oposta, a de elogiar o feio, o ridículo ou até mesmo o abominável.

Luciano e Leão Baptista Alberto descreveram as virtudes da mosca. Polícrates louvou os ratos. Luíz Uvíquílio enalteceu os gafanhotos. Clitério escolheu o caruncho. Favônio, as febres. Betubo, os mosquitos. Miguel Psellos, as pulgas. Sinésio, a careca. E André Amônio fez um antológico discurso em que descreveu as belezas do nada.

Tivesse eu esse talento, faria o elogio de Dilma Rousseff, o elogio da nulidade.

\* \* \*

Nunca se viu coisa igual: um governo que toma posse e não começa, que já no primeiro trimestre se desmoraliza e se arrasta de derrota em derrota, e cuja maior esperança é conseguir agonizar em praça pública por quatro anos, sem nada propor ao país. Não dará certo, é claro, embora ainda não saibamos como.

Há poucos meses, falar em crise era coisa de gente ranzinza, como eu. Hoje, é chover no molhado. Mas acho que as pessoas ainda não perceberam o tamanho e a complexidade da confusão em que nos metemos. Estamos diante de diversas crises, superpostas e combinadas, que apenas iniciam. É coisa de grandes proporções. Dadas as características da sociedade brasileira atual, talvez venha a ser a mais grave crise da nossa história.

Sua dimensão mais evidente é o esgotamento da política econômica que prevaleceu nos doze últimos anos. Desde 2003 ouvimos a promessa de combinar desenvolvimento e justiça social, tendo o mercado interno, pela primeira vez, como o principal elemento dinâmico.

Depositários da memória desse meritório projeto, longamente amadurecido, os governos do PT anunciaram a novidade, mas não souberam levá-la adiante: abandonaram a agenda de reformas estruturais, entre as quais a agrária e a tributária; descuidaram da expansão dos bens e serviços de uso coletivo; não conseguiram coordenar e executar os investimentos necessários em infraestrutura; praticamente só criaram empregos em setores de baixa produtividade; assistiram, sem reagir, à reprimarização da nossa pauta de exportações e à desindustrialização do país, fenômenos associados a uma inserção declinante no sistema internacional. Em vez de tratar desses assuntos difíceis – e decisivos –, a política econômica concentrou-se, cada vez mais, em artifícios voltados para aquecer a demanda no curto prazo.

A promessa de um ciclo longo de desenvolvimento centrado na expansão do mercado interno degenerou em uma bolha de consumo.

\* \* \*

Essa experimentação econômica acabou. Como o peso das tentativas de distribuição de renda foi jogado sobre os gastos fiscais do Estado, o qual não se libertou da condição de refém da acumulação rentista, as finanças públicas foram para o buraco. E, como o sistema produtivo brasileiro não acompanhou a demanda – em grande

parte, por uma política cambial irresponsável –, nossas contas externas também desandaram.

Com a economia estagnada, temos um déficit público de mais de 6% do PIB e outro déficit de mais de 4% do PIB nas contas externas. Isso quer dizer que Estado e sociedade estão em uma espiral de endividamento, com o país parado. Foi preciso pisar fundo no freio. O crescimento, que era baixo nos últimos anos, será negativo em 2015, enquanto 2016 já parece longo prazo. Estamos entrando em uma recessão cuja duração e profundidade ainda desconhecemos.

Isso foi escondido até as eleições. Logo em seguida, o mesmo governo que, até ontem, se legitimava por meio da apologia do consumo passou a adotar – sem aviso, sem negociações e sem explicações – um conjunto de políticas que visam, antes de tudo, contrair bruscamente esse mesmo consumo, na mais pura ortodoxia econômica. Não podia dar certo.

\* \* \*

A segunda dimensão da crise, menos visível, é o esgotamento simultâneo dos quatro mecanismos usados na última década para promover alguma distribuição de renda.

Os aumentos reais do salário mínimo, iniciados em 1994 e mantidos sem interrupção até 2014, ficarão doravante comprometidos pelo pífio desempenho do PIB e pelo aperto nas contas da Previdência Social.

As políticas de transferência de renda, centradas no programa Bolsa Família, atingiram seu teto de expansão, tanto em número de famílias beneficiadas quanto no valor dos benefícios. A precária situação fiscal do Estado não permite novos aumentos significativos.

Dado o nível de endividamento da população, o crédito se contrai pela primeira vez em doze anos.

O aumento da formalização do trabalho arrefece e dá lugar a um novo ciclo de desemprego ascendente, principalmente na indústria.

O distributivismo sem reformas atingiu seu limite. A recessão se encarregará de anular boa parte dos ganhos que o povo brasileiro obteve na última década, o que prenuncia uma crise social importante. As populações que aumentaram sua capacidade de consumo e viram nisso uma expressão acabada de ascensão terão muitos motivos para reagir às perdas que se avizinham. Não temos instituições que acolham e canalizem sua provável rebeldia, que ainda não se expressou (elas não estiveram significativamente presentes nas manifestações dos dias 13 e 15 de março).

\* \* \*

A terceira dimensão da crise é especificamente política. O loteamento do Estado, com o consequente rebaixamento do Congresso Nacional e da própria ideia de política, tornou-se o principal mecanismo de construção da chamada governabilidade. Levado ao extremo, ele eliminou a capacidade desse mesmo Estado conduzir empreendimentos complexos e de longa maturação, que são os mais importantes. A política afastou-se das grandes questões nacionais.

A governabilidade assim obtida no curto prazo é a contraface de uma tendência à ingovernabilidade no longo prazo, pelo acúmulo de desafios relevantes não enfrentados.

Como escrevi aqui em 2013, o longo prazo chegou: as disfuncionalidades desse tipo de política já superam, de longe, qualquer contribuição que ela possa nos dar. Não obstante, ela prossegue, pois o sistema funciona no piloto automático. Construimos um Estado ágil para premiar amigos e punir adversários, mas inoperante para liderar um projeto nacional.

Nosso sistema político gira em falso. Governa a si mesmo, em vez de governar o Brasil. Presos nessa armadilha, nos tornamos uma sociedade de vontade fraca, que

não consegue canalizar sua energia para o que verdadeiramente importa. Sociedades assim perdem a capacidade de se desenvolver, ainda mais em um contexto internacional, como o atual, em que as disputas se acirram.

\* \* \*

A esse quadro preocupante somam-se três crises específicas, mas muito relevantes.

A crise no abastecimento de água, principalmente em São Paulo, onde está nossa maior metrópole, nossa agricultura mais forte e nossa maior concentração industrial.

A crise do setor elétrico, que já se expressa na disparada das tarifas e em apagões sucessivos, e provavelmente exigirá novo racionamento de energia ao longo do ano.

A crise da Petrobras e da engenharia pesada, que – somadas à sua extensa cadeia de fornecedores – representam em torno de 10% do PIB. Ainda desconhecemos os efeitos da contração desses investimentos sobre o conjunto da indústria e o impacto da perda patrimonial desses setores sobre a saúde do sistema financeiro, dos fundos de pensão e de outros investidores institucionais, como o próprio FAT. Esse impacto especificamente financeiro, que permanece incubado e despercebido, poderá vir a causar, adiante, um dramático agravamento da crise que está começando.

\* \* \*

Esgotaram-se, simultaneamente, a política econômica, a política social e a maneira de fazer política adotadas pelos governos do PT. A rigor, não estamos assistindo apenas ao fim de um ciclo, mas de dois. No olhar de curto prazo, desfaz-se a hegemonia que

prevaleceu na política brasileira na última década e, com ela, começa a se desfazer a polarização do país em dois blocos, um liderado pelo PT, outro pelo PSDB, com o PMDB como força pendular.

Em um olhar mais abrangente, estendido no tempo, também chega ao fim o impulso ideológico e institucional que a sociedade brasileira ganhou na década de 1980. A maioria do nosso povo já não se reconhece nos partidos, nas organizações da sociedade civil e nos movimentos sociais nascidos ou reestruturados no fim do regime militar, há mais de trinta anos. A sociedade mudou, e eles envelheceram.

Um ciclo longo da política brasileira está terminando. Entramos em voo cego. Será preciso reconstruir referências, o que não é fácil.

\* \* \*

Especialista em fazer o *marketing* do otimismo sem projeto, Lula foi uma espécie de Eike Batista da política. Também encantou multidões e, com isso, arrastou grande parte da esquerda. Entre os atores políticos, ela será a maior perdedora.

Ao longo da história, a esquerda resistiu a diversas tentativas de aniquilação, vindas de fora para dentro. Ao aderir ao lulismo – que abria aos seus quadros generosas oportunidades de ascensão social, afluência material e poder –, ela se deixou sucumbir por um processo inédito, profundamente corrosivo: a dissolução de dentro para fora, pela perda de seus valores fundamentais.

Embora abrigado em legendas de esquerda, às quais fez algumas concessões, o lulismo sempre foi, na essência – ou seja, na relação com o povo –, um movimento conservador. Reduziu a ideia de justiça social apenas à dimensão do consumo individual e à conquista de votos a ela associada. O fortalecimento da coisa pública e das instituições republicanas, o desenvolvimento moral, intelectual e cultural das pessoas e o aperfeiçoamento do ambiente social em que se dá a convivência humana –

que são essenciais em qualquer projeto progressista – sempre estiveram fora de seu horizonte ideológico. Em vez da batalha de ideias, preferiu os conchavos políticos.

“Compre mais e vote em mim”, foi tudo o que Lula disse, durante anos, ao povo brasileiro. Na política, ele reorganizou e fortaleceu o antigo Centrão, a articulação do fisiologismo e das oligarquias, que agora controla de novo, com folga, o Congresso Nacional e ameaça engolir de vez todo o poder, num retrocesso que chegou a ser inimaginável depois do fim do regime militar.

Não me surpreende que o lulismo, ao fim e ao cabo, nos deixe como legado uma sociedade mais conservadora do que a que tínhamos doze anos atrás. Ao contrário, parece-me ser a resultante da ação de forças políticas e sociais que ele mesmo fortaleceu.

Ao mesmo tempo, nunca antes tivemos massas humanas tão grandes, tão concentradas e tão carentes de participação, consciência, organização e representação. Essa despolarização ampla, geral e irrestrita é o pior legado da maneira como o PT conduziu a Nação na última década. Nesse contexto, em uma situação de crise aguda, tudo pode surgir.

\* \* \*

Tempo de crise, tempo de cacofonia. Quem não tem o que propor logo propõe criar novas regras e fazer novas leis, um debate vazio. Regras e leis são sempre burladas, quando não temos capacidade de definir nem mesmo meia dúzia de objetivos comuns que constituam um consenso básico em torno de si.

Mais do que de novas regras, precisamos de novos fins e valores. Isso, as instituições políticas que aí estão, maculadas pelo peso abusivo do poder econômico e pela disseminação do cinismo, não podem nos dar. O conteúdo da política é que precisa mudar.

Nossos políticos tornaram-se camaleões que a cada quatro anos se esforçam para se adaptar ao que a sociedade é, ou parece ser, conforme lhes ensinam as minuciosas pesquisas de opinião que encomendam. Sempre preocupados com os interesses da hora, são incapazes de despertar qualidades novas que estejam latentes.

O futuro que resulta do somatório de suas pequenas ações, fabricadas com sucessivas costuras de curto prazo, é apenas o prolongamento do presente. Não contém o caráter novo de um verdadeiro futuro. Ficamos andando em círculos, sem sair do lugar.

Precisamos encontrar gente nova, organizada de maneira nova, que, em vez de tentar se adaptar ao que a sociedade é, ou parece ser, aceite correr os riscos de anunciar o que ela pode vir a ser, para impulsioná-la.

\* \* \*

É de uma discussão de projeto que se trata, e ela exige que tenhamos capacidade de recolocar questões fundamentais. Esse pode ser o melhor legado da crise.

Precisamos abandonar ninharias, como a polarização PT *versus* PSDB, nos libertar de preconceitos, como os que nos mantêm presos às organizações da esquerda tradicional, e revisitar fundamentos, buscando atualizar uma ideia de Brasil, agora em um cenário de grandes dificuldades.

O tempo está contra nós. Não virá nenhum golpe de Estado, pois ninguém minimamente relevante o deseja, a começar pelas forças armadas. Mas, se não reagirmos, poderemos nos tornar um Estado falido e uma Nação inviável. Nem a nulidade de Dilma Rousseff, nem a esperteza de Lula, nem o oportunismo dos nossos políticos atuais – feitas algumas exceções de praxe – nos salvarão.

O que escrevi aqui, digo há muitos anos à esquerda. Só colhi isolamento e difamação. Não fico feliz em constatar que tinha razão. É pau, é pedra, é o fim de um caminho. Mãos à obra.



